

Entrevista n.º: 123

Entrevistado: *Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento*

Cargo: Desembargador aposentado

Data: 22 de junho de 2005

Local: Museu da Justiça

Duração: 56 min

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

Sumário

Dados pessoais do entrevistado: data e local de nascimento (Paraíba do Sul, 1934); formação acadêmica; colação de grau em 1957 (Faculdade Nacional de Direito). A militância no movimento estudantil. O episódio da paralisação dos bondes no Rio de Janeiro (DF) provocado pelos estudantes. O cerceamento da faculdade por militares e o confronto com os estudantes. Lamento pela transferência do Distrito Federal para o Planalto Central. Lembranças do prédio do Tribunal do antigo Distrito Federal. Favorecimentos a advogados no Tribunal do Júri no então Distrito Federal. Os problemas de ser jurado nos dias atuais. A participação, como advogado de defesa de um dos acusados, no caso Aida Cury: detalhes do crime. A comoção popular e a repercussão na mídia. As más condições de infraestrutura da Justiça. O crescimento das estruturas do Poder Judiciário estadual. A vida em Angra dos Reis. Atividades desempenhadas antes da magistratura: promotor de Justiça; professor de sociologia; assessoria jurídica. As perseguições políticas exercidas pelo governo militar. A falta de concursos para a magistratura e a promotoria no antigo estado do Rio de Janeiro devido à efetivação de juízes e promotores temporários nomeados. O concurso e à estranha nomeação para a promotoria no antigo estado do Rio de Janeiro (governo Roberto Silveira). Os motivos que o levaram a trocar o Ministério Público pela magistratura. A aprovação no concurso e o desinteresse pela magistratura no antigo estado do Rio de Janeiro. As deficiências da prestação jurisdicional no antigo estado do Rio de Janeiro. Atraso e provincianismo do antigo estado do Rio de Janeiro. As dificuldades de locomoção entre os municípios. Críticas ao Tribunal do Júri: teatralidade e ineficiência. Lembranças de Angra dos Reis e Parati. A advocacia em Angra dos Reis. A atuação nos Tribunais do Júri. A defesa de réus presos na Ilha Grande. As distorções no processamento dos feitos no Tribunal do Júri. Os presídios da Ilha Grande. A mudança para a Guanabara. O ingresso na magistratura do estado do Guanabara em 1973. A trajetória na Justiça da Guanabara e do estado unificado. A passagem pela Vara de Registros Públicos e o lançamento do livro *A dúvida na Vara de Registros Públicos*. A passagem pelo Tribunal de Alçada (posse em 1994). A participação nas pressões pela extinção dos Tribunais de Alçada. A falta de justificativas para a existência de Tribunais de Alçada. A passagem pelo Tribunal de Justiça (posse como desembargador em 1998). As atividades na presidência do CEDES (Centro de Estudos e Debates). A elaboração de enunciados e súmulas. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: as versões sobre a fusão. Os benefícios advindos da fusão. A complementaridade das economias dos antigos estados no estado unificado. Os problemas com as nomeações de

desembargadores. A relação do Poder Judiciário com a mídia. A desnecessidade e o ônus gerado pela Justiça Eleitoral. A importância da maturidade para a atuação do magistrado. Relatos de episódios da carreira na Justiça. A experiência como juiz presidente do Tribunal do Júri. A questão da quesitação. A fundação de uma associação de magistrados e viagens pelos estados do Brasil. A falta de cumprimento das leis nos estados do nordeste e o poder das oligarquias locais. A execução, por magistrados, de atividades incompatíveis com a magistratura. Comparação entre a Justiça no Rio de Janeiro e em São Paulo. Agradecimentos.